

MORRO DA GAMELA (MONTE HOREBE): DE PARQUE URBANO MUNICIPAL A LUGAR SAGRADO¹

MORRO DA GAMELA (MONTE HOREBE): FROM MUNICIPAL URBAN PARK TO SACRED PLACE

MORRO DA GAMELA (MONTE HOREBE): DU PARC URBAIN MUNICIPAL AU LIEU SACRÉ

Macon Lemos Sathler²
Ana Lucy Oliveira Freire³

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar e pensar o espaço em suas múltiplas formas e representações, tarefa sobre a qual a Geografia e os geógrafos têm se debruçado desde suas origens. Para isso, assumem-se suas variadas escalas e valorações, como diversas categorias de análise, evoluindo na medida em que novos significados vão lhe sendo atribuídos, recriados ou resgatados, frequentemente assentados em ações humanas intencionais, resultados de processos culturais, econômicos, políticos e sociais. Diversos olhares e prismas poderão ser entendidos como as lentes pelas quais serão observados na tentativa de serem compreendidos de maneira interdisciplinar e totalizadora, características basilares da Geografia Humana.

Palavras-chave: Parques Urbanos. Lugar. Paisagem. Degradação. Sagrado.

ABSTRACT: This article aimed to analyse and think about space in its multiple forms and representations, a task that Geography and geographers have been working on since its origins. For this, they started from their varied scales and valuations, as different categories of analysis, evolving as new meanings are attributed to them, recreated or rescued. Usually based on intentional human actions results of cultural, economic, political and social processes. Several perspectives and prisms can be understood as the lenses

1 Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, sobre os espaços sagrados em Vitória – ES.

2 Professor do Instituto Federal do Amapá, mestre em Geografia no PPGG/UFES (Programa de Pós-Graduação em Geografia / Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1804-2148> E-mail: maicon.sathler@ifap.edu.br.

3 Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo-PPGG/UFES, Vitória (ES). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8681-4931>. E-mail: alucy.freire@gmail.com.

through which they will be observed in an attempt to be understood in an interdisciplinary and totalizing way, fundamental characteristics of Human Geography.

Keywords: Urban Parks. Place. Landscape. Degradation. Sacred.

RESUMEN - Cet article avait pour objectif d'analyser et de penser l'espace dans ses multiples formes et représentations, une tâche sur laquelle la géographie et les géographes travaillent depuis ses origines. Pour cela, ils sont partis de leurs échelles et valorisations variées, comme différentes catégories d'analyse, évoluant au fur et à mesure que de nouvelles significations leur sont attribuées, recrées ou sauvées. Généralement basé sur des actions humaines intentionnelles, résultats de processus culturels, économiques, politiques et sociaux. Plusieurs perspectives et prismes peuvent être compris comme les lentilles à travers lesquelles ils seront observés pour tenter de comprendre de manière interdisciplinaire et totalisante, caractéristiques fondamentales de la géographie humaine.

Palabras clave: Parcs Urbains. Endroit. Paysage. Dégradation. Sacré.

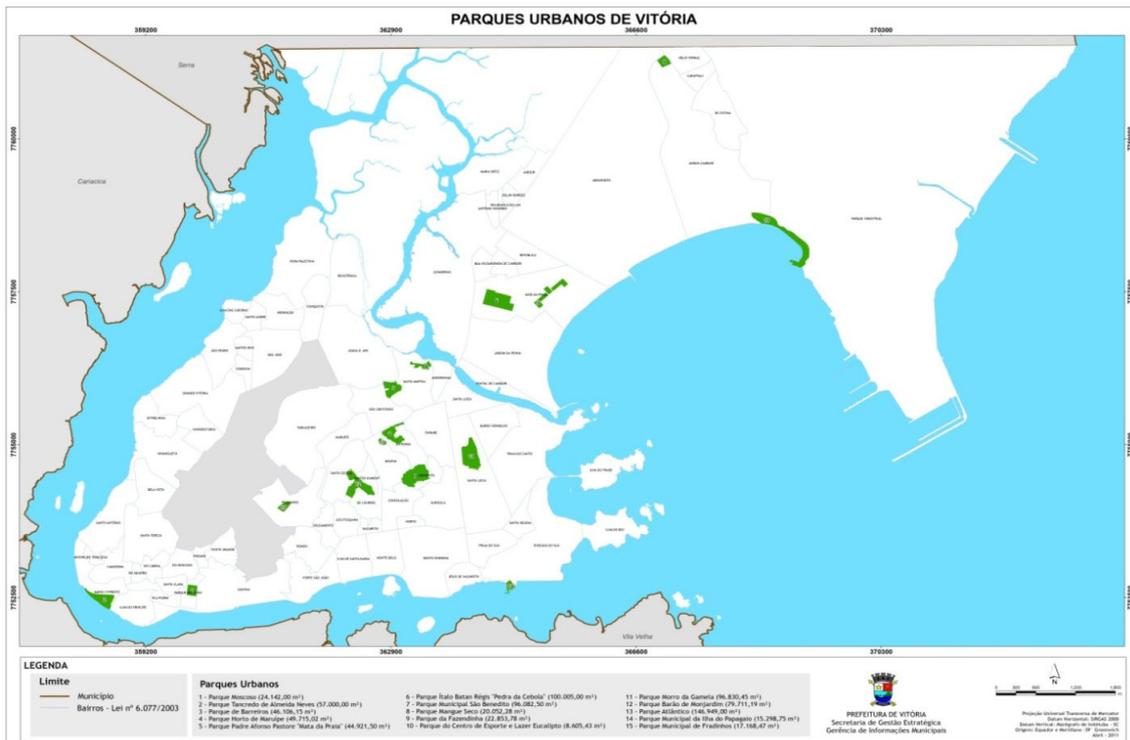
INTRODUÇÃO

Os parques urbanos de Vitória (ES) aparecem em distintas formas e locais na cidade. No que diz respeito aos usuários, e seus usos sobre prerrogativa do poder público, oficialmente são variados os usos, que vão de espaços para caminhadas, corridas e outras práticas esportivas ao descanso, lugar de brinquedos e brincadeiras para crianças e adolescentes, atividades visando ao bem-estar, dentre outras finalidades. Nos dias atuais, fora da legalidade, tornam-se espaços de moradia para o contingente populacional em situação de rua.

Faz-se necessário, no contexto desta pesquisa, tecer uma discussão sobre a instituição desses parques e seus usos no âmbito da (re)significação pela população, e, a partir disso, abordar a singularidade no que concerne aos usos que se apresentam no Parque Municipal Morro da Gamela, que se dá a partir do uso religioso, atraindo muitos residentes do município de Vitória e também cidadãos oriundos de outros municípios.

O município de Vitória possui, institucionalmente, 15 Parques Urbanos com diferentes morfologias; alguns constituídos pelo poder público há mais tempo, enquanto que outros são de constituição mais recente. Contando com uma formação bem diversificada, é possível encontrar nos parques urbanos da capital capixaba ambientes naturais, como orlas, morros, manguezais e até monumentos artificiais produzidos pelo homem, que transcendem os limites do físico, haja vista que estão impregnados de valores e significações que dizem respeito a diversos grupos inseridos na história capixaba. Nesse sentido, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2015), ao revisar o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória,

Os elementos naturais da paisagem são fundamentais para o bem-estar do cidadão e podem propiciar um equilíbrio entre a função urbana e a ecológica. Há ainda o ganho de vitalidade quando aliados aos espaços públicos, tais como, ruas, parques, praças, que, se bem cuidados e potencializados, podem promover a inclusão social e a interação necessária para tornar a vida urbana mais interessante e saudável (IJSN, 2015, p.13).



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2019).

Figura 1. Distribuição dos parques urbanos no Município de Vitória.

Assim, os parques se apresentam em diferentes perspectivas no que tange ao uso desses lugares pelos cidadãos, com diversidade e objetivos de diferentes tempos da administração pública. No que tange aos parques urbanos mais recentes do município de Vitória, é necessário resgatar a historicidade da cidade e conseqüentemente o ato da administração pública. Nesse sentido, os parques mais recentes foram institucionalizados no ano de 2007, por meio de decretos municipais, sendo os seguintes: Parque Municipal Barão de Monjardim, decreto nº 13.378/2007, localizado entre os bairros Santa Cecília, Lourdes e Santos Dumont; Parque Municipal Morro da Gamela, decreto nº 13.376/2007, localizado entre as Avenidas Leitão da Silva e Nossa Senhora da Penha e circundado pelos bairros Santa Lúcia, São Benedito, Praia do Canto e Parque Municipal Atlântico, decreto nº 13.377/2007, localizado no final da orla da praia de Camburi. Tais parques urbanos são áreas que possuem recursos naturais e culturais, e, a partir desses marcos legais, passaram a constituir oficialmente o conjunto de espaços públicos municipais abertos à visitação na cidade.

Percebe-se maior prioridade do poder público sobre alguns em detrimento de outros, o que confere a poucos parques o uso diário e intermitente pela população e a não disseminação de seu uso para a sociedade capixaba, o que restringe o uso do espaço a determinado estrato social, a saber: dentre os parques municipais de Vitória, o Parque Padre Alfonso Pastore abrange uma área de 44.000 m² (quarenta e quatro mil metros quadrados) em um complexo de 5 praças públicas no bairro Mata da Praia, e conta com vegetação remanescente do bioma de restinga.

Dessa forma, o objeto de estudo (ver Figuras 2, 3 e 4) onde esta pesquisa se desenvolveu está inserido no contexto urbano e da administração pública municipal de Vitória (ES) em espaços-tempos distintos e que, em um fluxo constante, tem se transformado tanto no campo físico de suas atribuições naturais quanto no âmbito simbólico. Cumpre, neste contexto, ressaltar que se constitui de grande singularidade, no que diz respeito ao uso e ocupação, o Parque Municipal Morro da Gamela.

O Morro da Gamela (Monte Horebe) está assentado em uma formação rochosa granítica de pouco mais de cem metros e apresenta uma vegetação rupestre rareada, situado entre áreas de intensa circulação de pessoas, veículos e mercadorias e elevado entre as duas vias, que são respectivamente as Avenidas Nossa Senhora da Penha e Leitão da Silva.

O Parque Municipal Morro da Gamela

O Parque Municipal Morro da Gamela (Monte Horebe) remonta em sua historicidade aos anos finais do século XIX, por meio do plano de expansão urbana denominado “Projecto Novo Arrabalde”²⁴ correspondendo a bairros atuais, como Itararé, Horto, Santa Luzia, Praia do Suá, Praia de Santa Helena, Santa Lúcia e Praia do Canto, em que o engenheiro Francisco Saturnino de Brito (1864-1929) propôs o uso residencial unifamiliar e o espaço de livre acesso e uso público. Assim, tem-se o primeiro registro de finalidade desse espaço. A segunda proposição pelo poder público diz respeito à sua criação como Reserva Ecológica Municipal, no ano de 1992, por meio do decreto nº 8905, em seu primeiro artigo, que originalmente contava com 295.340,00 m² (duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e quarenta metros quadrados). Neste cenário, é imperativo destacar que

O prefeito Municipal de Vitória, Capital do Espírito Santo, usando sua atribuição legal e com base no Art.17 inciso VII, e Art. 242, da Lei nº 3.158, de 10 de fevereiro de 1984, referente ao Plano Diretor Urbano de Vitória. [...] Considerando o que estabelece o Art. 171, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal de Vitória, que atribui ao poder público o dever de preservar a vegetação e implantar unidades de conservação; [...] Considerando a alínea “B”, do Art. 10, da Lei nº 3.502, de 17 de Novembro de 1987, que dispõe sobre a política do meio ambiente; [...] Considerando a necessidade de proteger os sítios de excepcional beleza e valor científico, a teor do Art.172, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Vitória, e Considerando, finalmente, que a área possui relevância para o Município, no sentido de incluí-la em programas de educação ambiental, turismo e lazer. (PMV, 1992, p.1)



Fonte: Maicon Lemos Sathler (2019).

Figura 2. Carta do perímetro do Parque Urbano Morro da Gamela.

Assim, seus objetivos concerniam à preservação permanente, sendo vedadas dentro de seus pontos limites quaisquer atividades que poderiam reduzir e parcelar, bem como destinar a outros fins. Tais observâncias não foram seguidas pela população local, e o uso do entorno derivou de interesses públicos e privados. Como consequência, foram criadas ruas sem saída e prédios com três pavimentos ou mais, sobretudo em seu entorno, de modo que alguns pontos dificultaram, ao longo do tempo, a visualização do referido espaço. Dessa forma, os pontos que originalmente serviram de base para o registro da implantação da reserva foram coletados via coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator) (PMV, 1992, 2007) e em breve análise é possível ver o avanço das atividades diversas no entorno (ver Figuras 2 e 4).



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, Decreto 8905/1992 (2020).

Figura 3. Carta Topográfica com a delimitação dos pontos coletados via coordenadas UTM da Reserva Ecológica Municipal Morro da Gamela.

No entanto, em sua historicidade recente, especificamente no ano de 2007, é notória a atuação do poder público municipal que, por meio do Decreto nº 13.376, mudou a categoria da Reserva Ecológica Municipal, tornando-a Parque Municipal Morro da Gamela. Nesta mudança, cabe ressaltar a perda significativa na área total que de 295.340,00 m² (duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e quarenta metros quadrados), que foi reduzida a 96.830,45 m² (noventa e seis mil, oitocentos e trinta metros e quarenta e cinco centímetros quadrados) e perímetro de 1.505,56m (um mil, quinhentos e cinco metros e cinquenta e seis centímetros) que compõem áreas agora públicas, localizadas entre os bairros Santa Lúcia, São Benedito, Santa Luíza e Praia do Canto.



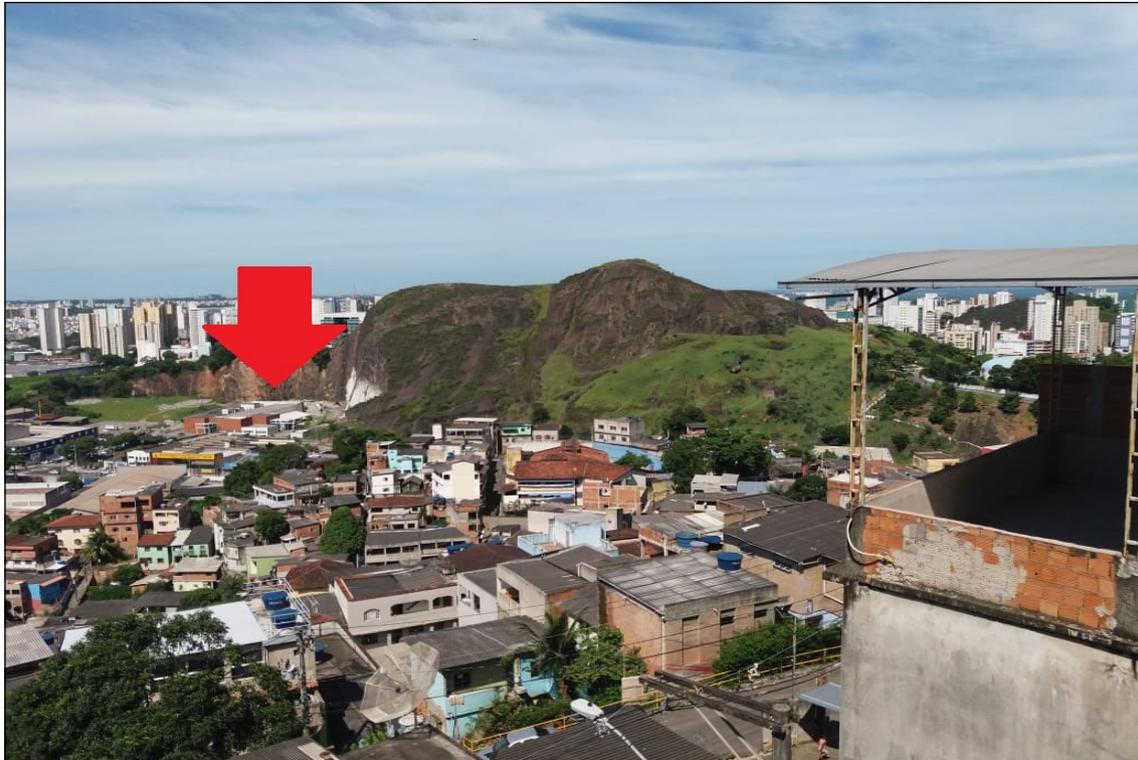
Fonte: Maicon Lemos Sathler (2020).

Figura 4. Monte Horebe (Morro da Gamela), perspectiva a partir da Av. Leitão da Silva.

Tais perdas referem-se a lotes que originalmente tinham entorno de 500 m² (quinhentos metros quadrados), passando a ter até 20.000m² (vinte mil metros quadrados). Há indícios impressos no maciço granítico, que se apresenta com elevações e sinuosidades devido à sua formação, que culminou em diferenciadas altitudes em sua área total. Tais elevações dizem respeito ao mesmo corpo do maciço, revelando a prática de mineração no local (ver Figuras 2, 4 e 6), e que se apresenta no contexto da ilegalidade em seu tempo, haja vista que o Art. 2º expressa que

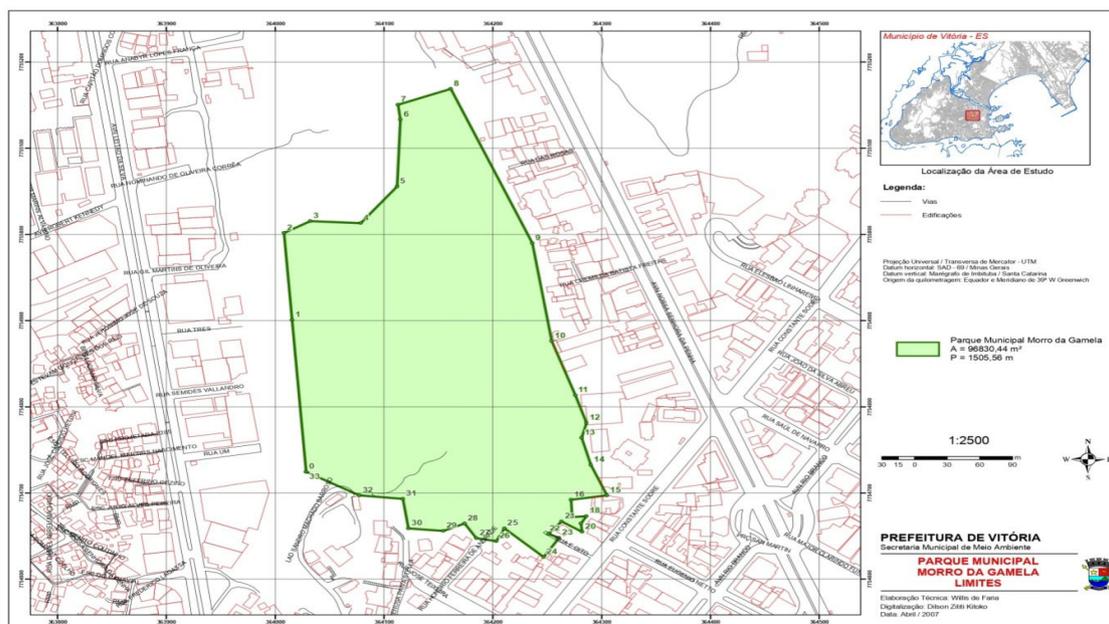
Fica a área demarcada sujeita ao regime de preservação permanente estabelecido pela legislação Federal, Estadual e Municipal vigente, não podendo ser reduzida, parcelada ou destinada a outro fim, cabendo ao poder público municipal zelar pela fiel execução, dentro dos limites da sua competência. (PMV, 1992, p.2-3)

Assim, uma breve análise das cartas topográficas disponíveis nos decretos remonta ao cenário do uso e da ocupação do solo pela mineração, que se deu como Reserva Ecológica Municipal e precedeu a legislação que a tornou Parque Municipal Urbano. Nesse sentido, a região limítrofe da atividade de mineração parou aproximadamente nos pontos (O, P, Q, R, S, T e U) e (2, 3, 4, 5, 6 e 7) da carta e da planta (ver Figura 2 e Figura 5) do atual Parque Urbano Morro da Gamela (PMV, 1992, 2007).



Fonte: André Coelho (2020).

Figura 5. Degradação Ambiental causada pela Mineração no Morro da Gamela. Perspectiva a partir do Morro da Piedade. Vitória – ES.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, Decreto 13.376/2007 (2020).

Figura 6. Planta com o perímetro do Parque Urbano Morro da Gamela, Vitória - ES.

(Re)significação do Parque

Soma-se a essas circunstâncias a disputa no que diz respeito a seu uso e ocupação no sentido da materialidade e da especulação imobiliária - consolidada a partir da construção de edifícios e prédios comerciais no entorno do perímetro do parque. Desde então, os usos desse espaço foram (re)significados por pessoas que moram no entorno, que exercem suas atividades laborais, que praticam o ecoturismo e por pessoas que buscam, por meio da peregrinação de cunho religioso, praticar seus ritos. Rosendahl (2009, p. 2) nos esclarece que o termo “sagrado” separa e define aquelas experiências que envolvem uma divindade. Partindo dessa afirmação, podemos compreender que todas as demais experiências podem ser consideradas como profanas.

Dessa forma, o Parque Municipal Morro da Gamela se divide em uma dualidade como espaço usado e ocupado: para aqueles que o utilizam para as práticas religiosas, é simbolicamente diferenciado - na perspectiva de quem assim o concebe – e Sagrado. Os demais usos do espaço, nessa perspectiva, se configuram como profanos, haja vista que Mircea Eliade (2013, p.14) propõe que “a primeira definição que se pode dar ao sagrado é que ele se opõe ao profano.”.

Entendemos ser de fundamental importância constar neste capítulo inicial de nossa pesquisa que o olhar sobre o Morro da Gamela como um local sagrado não se trata de uma prática nova e concebida pelo protestantismo, como talvez alguns frequentadores do parque municipal e também peregrinos⁵ que ali chegam podem conjecturar. Os cultos sagrados ocorrem nessa região, conforme registrado por um jornal da época, desde o século XX, havendo manifestações religiosas de matriz africana presentes na região por meio da prática do Candomblé.

Não podemos afirmar, no entanto, que foram os candomblecistas os primeiros a enxergar aquele espaço como sagrado e ali praticar cultos. Porém, em sua edição de nº 225, publicada no dia 13 de maio de 1917, o jornal capixaba Diário da Manhã noticia uma diligência policial realizada no Morro da Gamela, tendo como um dos alvos a residência de Honorata Maria de Souza, que foi intimada, juntamente com outros moradores da região, a prestar esclarecimentos sobre “a vida misteriosa do pessoal da Gamella” e suas “reuniões suspeitas”. Os intimados compareceram à delegacia liderados por Honorata, referenciada conforme o texto do periódico como “a soberana do candomblé”. Em capítulo vindouro, buscamos discutir mais detalhadamente essa prática religiosa de matriz africana no Morro da Gamela.

Percebemos, então, a existência daquilo que, talvez, poderíamos chamar de um dualismo de uso no Parque Municipal Morro da Gamela, pois esse se dá partir de duas perspectivas: a do uso, no sentido de sacralidades de cristãos protestantes, praticando ali naquele espaço cultos, preces e musicalidade, e em outra perspectiva se tem por outros usuários o uso secular não religioso, como práticas esportivas, ecoturismo e visitação. O primeiro qualifica-se como território sagrado, enquanto que o segundo representa a ausência de consagração, sendo assim um território profano, um território não religioso (ELIADE, 1992).

Nesse sentido, a lógica que se apresenta no uso desse espaço pelos sujeitos religiosos se dá também a partir de um dualismo fundamental que reside no seio do protestantismo e seu desenvolvimento como religião. Neste cerne, na visão dos seguidores destes ensinamentos, o tempo e o espaço se dividem em perdição e salvação. Sua base elementar reside na fé dos cristãos que para aquele lugar peregrinam. No que diz respeito ao tempo, Eliade (1992) salienta que:

O homem religioso vive assim em duas espécies de tempo, das quais a mais importante, o tempo sagrado, se apresenta sob o aspecto paradoxal de um tempo circular reversível e recuperável, espécie de eterno presente mítico que o homem reintegra periodicamente pela linguagem dos ritos. Esse comportamento em relação ao tempo basta para distinguir o homem religioso do homem não religioso. O primeiro recusa-se a viver unicamente no que, em termos modernos, chamamos de “presente histórico”; esforça-se por voltar a unir-se a um tempo sagrado que, de certo ponto de vista, pode ser equiparado à eternidade. (ELIADE, 1992, p.59).

Ainda tratando dessa dualidade do sagrado e do profano em sua dimensão temporal, na qualidade de busca pelos seres humanos religiosos, Durkheim (2008) expõe que:

[...] a vida religiosa e a vida profana não podem coexistir nas mesmas unidades de tempo. É, pois, necessário destinar aos primeiros dias ou períodos determinados dos quais todas as ocupações profanas sejam eliminadas [...] Não existe religião nem, por conseguinte, sociedade que não tenha conhecido e praticado essa divisão do tempo em duas partes estanques, alternando uma com a outra conforme uma lei variável de acordo com os povos e as civilizações; é até muito provável, como dissemos, que tenha sido a necessidade dessa alternância que levou os homens a introduzirem, na continuidade e na homogeneidade da duração, distinções e diferenciações que ela não comporta naturalmente. (DURKHEI, 2008, p. 373)

Nesse sentido, para alcançar aquilo, que na visão dos peregrinos, é a efetivação da salvação, é preciso convergir, sempre que possível, para o abandono daquelas práticas, entendidas por eles, como vida mundana, onde se busca o afastamento do pecado, na perspectiva de sua santificação. Em algumas entrevistas realizadas e que serão apresentadas ao longo deste trabalho, será possível conhecer melhor essa visão de mundo. Mas, cumpre evidenciar que, para LARA (2008, p. 40) “mesmo com suas especificidades, os opostos são necessários e interdependentes, pois o sagrado não seria o que é sem o profano, o qual não sobreviveria sem a atuação do sagrado. A reciprocidade é, portanto, necessária e fundamental.”

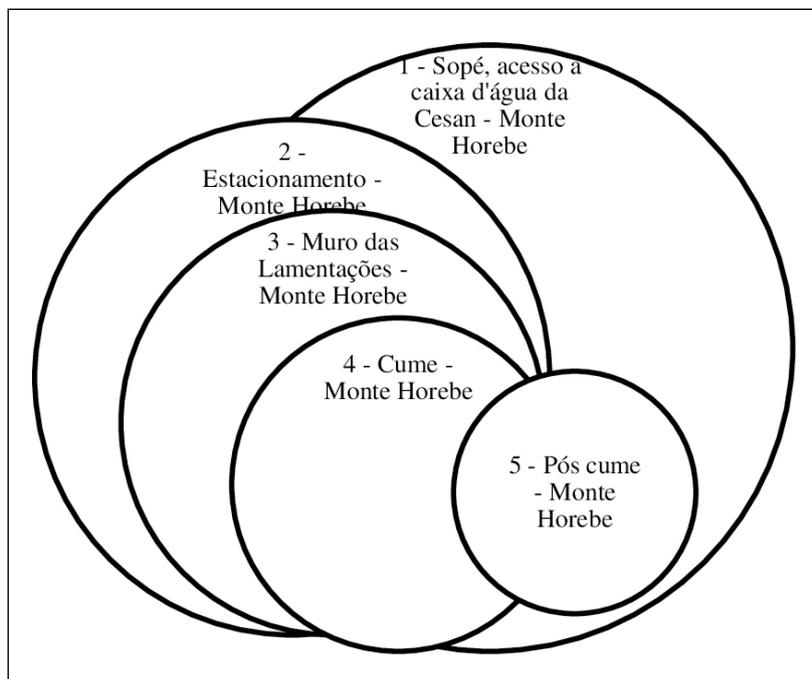
Em consonância a isso, e ainda refletindo sobre essa dualidade, a oposição sagrado versus profano não raramente se apresenta sublimada “[...] por uma espécie de contradição:

o mundo sagrado parece tender, por sua própria natureza, a se propagar nesse mesmo mundo profano que, por outro lado, exclui: ao mesmo tempo em que o repele, tende a derramar-se sobre ele assim que se aproximam.” (DURKHEIM, 2009, p.384).

Tal diferenciação necessita, então, de um espaço para se constituir no mundo material. Assim, a dualidade daquilo que é sagrado e do profano se apresentam desde o corpo do sujeito até a materialidade da própria cidade.

No que concerne à subida, os peregrinos a entendem como necessária para se desvencilhar do profano, de forma que cada estágio do Morro representa, para tais crentes protestantes, a aproximação com o divino e o afastamento do pecado. Concernente a esta mística, Durkheim (2009) notabiliza que

Com efeito, ainda que, como definimos, o pensamento religioso seja algo completamente diferente de um sistema de ficções, as realidades às quais ele corresponde só chegam, no entanto, a se exprimirem religiosamente se a imaginação as transfigura [...] O mundo das coisas religiosas é, portanto [...] mundo parcialmente imaginário e que, por essa razão, presta-se mais facilmente às livres criações do espírito. (DURKHEIM, 2009, p.454)



Fonte: Maicon Lemos Sathler (2019).

Figura 7. Modelo esquemático da organização espacial das práticas de hierofania Monte Horebe.

Para tanto, o Monte Horebe é dividido em 5 (cinco) momentos, e seu simbolismo reside na peregrinação e na subida ao morro, manifestando-se de formas diferentes, de acordo com cada segmento religioso cristão que o visita. O estágio final dessa hierofania⁶ resulta na maioria das vezes na queima de pedidos no pós-cume.

Com efeito, o uso e ocupação do estágio 1 é caracterizado por representações do profano, evidenciado em toda a materialidade produzida pela cidade, a exemplo dos pontos viciados de lixo, e outras formas de degradação que são encontradas no entorno onde há a ocupação humana. A placa afixada indicando a proibição de descarte de lixo e o aspecto degradado do solo nesta área, no início da ladeira que possibilita acesso ao Morro da Gamela, sugerem que o descarte incorreto de resíduos ali ocorre com frequência.



Fonte: Maicon Lemos Sathler (2019).

Figura 8. Estágio 1 - Área degradada por descarte irregular de lixo.

O estágio 2 é caracterizado por local de sagração⁷ no sentido de purificação do seu corpo haja vista que, segundo os preceitos cristãos, a santificação é progressiva e intermitente, à medida que o caráter do cristão precisa se aproximar dos exemplos do próprio Cristo. Assim, se faz necessário pedido de permissão para se encontrar com o divino (BÍBLIA,1993).



Fonte: Maicon Lemos Sathler (2019).

Figura 9. Estágio 2 - Peregrino ora pedindo permissão divina para iniciar a subida.

O estágio 3 é caracterizado fisicamente por um espaço em que as pessoas se aglomeram em frente a uma ravina, que os peregrinos denominaram de muro das lamentações, constituindo-se em um simulacro⁸ do atual Muro das Lamentações localizado em Jerusalém.



Fonte: Maicon Lemos Sathler (2019).

Figura 10. Estágio 3 - Muro das lamentações.

O estágio 4 se caracteriza pelo local das práticas hierofônicas, como o culto que se apresenta distinto dos cultos presentes nos templos.



Fonte: Maicon Lemos Sathler (2019).

Figura 11. Estágio 4 – Realização de um culto noturno.

No estágio 5 acontecem os ritos, preces, cânticos e queima de pedidos⁹ de orações de outras pessoas, que por razões diversas não podem peregrinar até o Monte Horebe.



Fonte: Maicon Lemos Sathler (2019).

Figura 12. Estágio 5 - Queima dos pedidos de orações.



Fonte: André Coelho (2020).

Figura 13. Morro da Gamela, perspectiva do Morro do Cruzeiro.

Logo, o uso do espaço por cristãos protestantes culminou em uma prática humana comum, que é nomear aquilo com que se relaciona. Dessa forma, foram atribuídos nomes a plantas, lugares e objetos, a fim de referenciá-los. Ao fazê-lo, ocorre então uma ressignificação do lugar. Assim, o Monte Horebe passa a ser concebido como um território sagrado para estes sujeitos, oriundos de diversas partes do Estado e do País, e que percorrem diariamente diferentes trajetos, em momentos distintos do dia, para utilizarem o espaço do Parque Morro da Gamela.

É importante ressaltar que o espaço tem caráter público, e, nesse sentido, as práticas de uso diárias pela população se dão em concomitância, ocorrendo tanto práticas seculares quanto práticas de hierofanias cristãs protestantes. Tais ocorrências acabam por territorializar o espaço, contexto em que se faz necessário também mencionar que outras práticas de matrizes religiosas que não são ligadas ao protestantismo, tais como celebrações religiosas de matriz africana, de budismo, dentre outras, não se manifestam no local. Dessa forma, as práticas religiosas que predominam no Morro da Gamela são protestantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho e a trajetória desta pesquisa nos conduziram a pensar sobre a experiência religiosa como um processo não somente de origem das cidades, mas também na sua constante transformação, ainda que até agora não obtivéssemos êxito em desvendar alguns elementos que apresentam as bases dessa modificação. Contudo, foi possível compreendermos que o peregrino não é um sujeito passivo, pois seu olhar é interessado e ativo, transformador e criador de novas intervenções; sua vontade efetivamente interfere na modificação da paisagem.

NOTAS

4 Processo expansivo, seguido a partir de projetos já existentes nas principais cidades brasileiras, seu intuito era a expansão do terreno além do uso e ocupação de espaços periféricos mediante aterros de mangues e avanços sucessivos ao mar.

5 Termo originado do latim *peregrinus*: trata-se do indivíduo que realiza uma jornada de viagens, porém, não se trata de alguém que vai a algum lugar apenas, e sim alguém que está fora de sua casa. De acordo com Souza (2018, p. 689), na maioria das vezes, os peregrinos são atraídos ao centro de peregrinação em virtude das notícias de milagres que estes acumulam.

6 Trata-se da manifestação da sacralidade, criando conexões entre o sagrado, o profano e o meio, e atuam diretamente nas percepções, usos e configurações do espaço através desta prática.

7 Atribuição de caráter sagrado ou respeito religioso a alguma coisa.

8 Representação, imitação.

9 Prática religiosa das Igrejas Evangélicas de anotar preces em pequenos pedaços de papel para que pessoas delegadas a subir o Monte possam orar e interceder por esses pedidos.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA português. **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Trad. João Ferreira de Almeida. Edição rev. e corrigida. Rio de Janeiro - RJ:CPAD -1993.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Um antro de reuniões suspeitas**: a polícia atrapalhada com o célebre Morro da Gamella. Espírito Santo, 13 mai 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=gamela&pasta=ano%20191&pagfis=8434>. Acesso em 08 ago 2020.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**, São Paulo: M. Fontes, 2009.

DURKHEIM, É. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Paulus, 2008.

ELIADE, M. **O sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IJSN. **Processo de Revisão do Plano Diretor Urbano de Vitória**. Vitória: IJSN, 2018. (Nota Técnica, n. 55).

LARA, L. M. **As Danças no Candomblé**: Corpo, Rito e Educação. Maringá: Eduem, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Decreto nº 8905, de 26 de setembro de 1992**. Cria a Reserva Ecológica Municipal do Morro da Gamela. [acesso em 01 Jan 2020]. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2007/D13376.PDF> Acesso em 12 ago 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Decreto nº 13.376, de 05 de junho de 2007**. Revoga o Decreto nº 8905 e cria o Parque Municipal do Morro da Gamela. [acesso em 01 Jan 2020]. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/1992/D8905.PDF> Acesso em: 12 ago. 2020.

ROSENDAHL, Z. **Hierópolis**: O Sagrado e o Urbano. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.